



Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário
Gerência-Geral de Portos, Aeroportos,
Fronteiras e Recintos Alfandegados

Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de Mato Grosso.

Ordem de exigibilidades – fevereiro/2019 da UG 253024.

Categoria III - Prestação de Serviços									
Mês			Razão Social	NF/Futura	Valor (R\$)	Data de Eligibilities	Data do Pagamento	Justificativa	Pagamento Efetuado?
Fevereiro/2019		00.352.294/0019-40	INFRAERO	4632140	4.255,50	27/02/2019	06/03/2019		Sim
Fevereiro/2019		15.291.135/0001-20	Presto Serviços	3818	3.059,02	06/03/2019	08/03/2019		sim
Fevereiro/2019		12.645.977/0001-45	Morada Serviços	161	3.018,34	08/03/2019	11/03/2019		sim
Fevereiro/2019		34.028.316/0016-90	ECT	87161	60,57	18/03/2019	19/03/2019		sim
Fevereiro/2019		40.432.544/0001-47	Claro S. A	0260016769776	66,26	20/03/2019	21/03/2019		sim
Fevereiro/2019		40.432.544/0001-47	Claro S. A	0260083803093	66,26	20/03/2019	21/03/2019		
Fevereiro/2019		13.332.212/0001-18	Finíssima Distribuidora de Água	044233	100,00	15/03/2019	15/03/2019		sim
Fevereiro/2019		04.196.645/0001-00	Imprensa Nacional/110245/001	853050	165,20	25/03/2019	25/03/2019		sim

1 - A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

2 - Justificativa para eventual quebra da ordem cronológica ou para o não pagamento de obrigação ao fornecedor.

3 - Pequenos Credores – são os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado o disposto no seu §1º. Ou seja, despesas de até **R\$ 8.000,00**, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

...

Art. 24. É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4 - Prazo de Vencimento do Pagamento – deverá ocorrer dentro do prazo previsto no contrato, limitado:

I - ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º; ou
II - a trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.